



Repensar as muitas Idades Médias: os estudos medievais e a historiografia nacional

Rethinking the many middle ages: the medieval studies and the national historiography

ANDRADE, Rodrigo Prates de¹

Resumo: Por que um historiador brasileiro estudaria um tempo e espaço tão distante como a Idade Média? O propósito deste artigo é problematizar um discurso nos círculos acadêmicos nacionais e internacionais que relega a Idade Média um estágio embrionário ou intermediário do processo histórico. Nossos objetos se dividem em dois aspectos: a apropriação de um passado medieval pela nascente historiografia nacional brasileira em meados do século XIX e a composição de um Ocidente medieval sob as páginas da medievalística europeia e especificamente francesa no decorrer dos séculos XX e XXI. Acreditamos que como fratura nacional e identitária estas concepções negam a existência das múltiplas idades médias espaciais e temporais.

Palavras-chave: Idade Média; Historiografia; Nação; Identidade.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina sob a orientação da Profa. Dra. Aline Dias da Silveira. E-mail: rodrigopratesdm@hotmail.com

Abstract: Why a Brazilian historian would study a time and space so far away like the Middle Ages? The purpose of this article is to discuss a speech on national and international academic circles which relegates the Middle Ages an embryonic or intermediate stage of the historical process. Our objects are divided into two aspects: the appropriation of a medieval past by the nascent Brazilian national historiography in the mid XIX century and the composition of a medieval West in the pages of a European and specifically French medievalist over the centuries XX and XXI. We believe is that as national and identity fracture these conceptions deny the existence of the multiple spatial and temporal middle ages.

Keywords: Middle Ages; Historiography; Nation; Identity.

O que foi e é a Idade Média? Ou melhor, o que seriam as “Idades Médias”? Afinal o plural aqui utilizado se torna necessário ao observarmos também a pluralidade de concepções sobre este “recorte histórico”. Tempo das trevas, sinônimo de retrocesso, mas também de avanço, do nascer da civilização ocidental. Um tempo diverso e problemático.

Desde que uma velha tradição historiográfica circunscrevera as experiências humanas empreendidas ao longo dos séculos V e XV a um período intermediário entre a antiguidade e a modernidade - a Idade Média -, estas próprias experiências “medievais” foram negadas.

Nossa hipótese é que, como fratura nacional e identitária², a Idade Média, entre as Trevas e a Luz, nega a existência das múltiplas “idades médias” espaciais e temporais. Homens, mulheres e instituições ditas “medievais” se resumem, nesta perspectiva, a um processo de construção do humanismo, da cultura, do Estado e da nação, isto é, acabam por ser objetivadas não em suas individualidades, mas em suas linearidades.

A própria palavra “medieval” adquirira com o passar dos séculos um sentido pejorativo associado ao retrocesso e ao conservadorismo, contraposto, é claro, ao “moderno” símbolo da vanguarda e do progresso.

Além disso, em obras didáticas, de História Geral e, mesmo acadêmicas, bastam rápidas leituras para encontrarmos referências, por exemplo, a uma história medieval da Alemanha ou do Ocidente – como se os reinos e principados da Cristandade Latina se constituíssem como objetos referentes à origem do Estado-Nação e dos sistemas identitários alemão e ocidental contemporâneos. Contudo, conforme Eco, estas “idades médias” não podem ser circunscritas a um século ou a um continente. Afinal, não podemos olhar sob uma mesma ótica os visigodos do século VI e os venezianos do XV. De maneira análoga, estas “idades médias” não se limitaram às fronteiras continentais, culturais e políticas da Cristandade Latina ou aquilo que hoje denominamos como a Europa (ECO, 2010, p. 1-5).

Na perspectiva de Umberto Eco, o conceito de “idades médias” - entendidas em sua pluralidade - contrapõe-se a uma Idade Média única e total. Assim, podemos identificar vários recortes temporais nestas “idades médias”: uma Alta Idade Média;

² Entendemos o conceito de identidade nacional como “tradições inventadas”. Para maiores informações ver HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

uma Primeira Idade Média ou mesmo os resquícios da romanidade em uma Antiguidade Tardia³; uma Plena Idade Média entre os séculos X e XIII até uma Idade Média Tardia e por que não falar da longa Idade Média defendida por Jacques Le Goff (LE GOFF, 2010)?

Cabe ressaltar que, o propósito deste ensaio não é negar a noção de continuidade histórica, e sim, problematizar um discurso nos meios acadêmicos nacionais e internacionais que relega a estas “idades médias” um estágio embrionário ou intermediário do processo histórico. Seria, portanto, possível traçar uma conexão entre um passado medieval e as identidades nacionais contemporâneas? Os territórios da Cristandade Latina medieval foram o berço cultural e político da Europa e do Ocidente? E ainda, a considerar esta relação entre a história e as identidades nacionais e supranacionais, por que um historiador brasileiro se dedicaria ao estudo de um tempo tão distante e, de um espaço tão longínquo? Por que nossas memórias se voltariam para aquele lado do Atlântico? A fim de esclarecer estas indagações se torna necessário historicizar a própria configuração da disciplina histórica.

A sistematização de conhecimentos, técnicas e métodos sobre um tempo pretérito, no alvorecer dos séculos XVIII e XIX, coincidiu com a constituição dos Estados nacionais europeus. Estes recém-criados Estados prescindiam da ficcionalização de suas histórias coletivas a fim de justificar a unidade e soberania de seus territórios (HOBSBAWM, 2013, p. 33). E, neste momento, coube à Idade Média exercer o papel de mito fundador, berço de um passado idílico da formação moral, política e religiosa da Europa.

Os nacionalismos europeus calcados neste movimento buscaram e construíram nos períodos que abarcaram os séculos V e XV, as experiências e instituições que os elevassem ao patamar de Estado-Nação. A Idade Média tornar-se-ia fulcral à construção das identidades europeias e intraeuropeias (SILVA, 2009, p. 14-17).

Tomemos como exemplo a imagem do rei franco Carlos Magno (742-814). No processo de configuração de uma unidade histórica, religiosa e cultural da Europa, de Napoleão aos ideólogos da União Europeia, a figura do *Imperatur Romanorum* se constituiu em um alicerce da civilização ocidental. Como imperador, o franco fora representado e enaltecido frente aos muçulmanos do sul e aos pagãos do norte como defensor e restaurador das instituições balizares do Ocidente – o Império Romano e a Igreja Cristã (HOBSBAWM, 2013, p. 305). Do século IX através da *Vita Karoli Magni* ao XXI o mito carolíngio se instituiu como marco identitário da Europa – política e não geográfica –, comemorado até a contemporaneidade como uma congratulação voltada aos apoiadores ou membros notáveis do continente, o Prêmio Carlos Magno (LE GOFF, 2013, p. 90-91).

Do outro lado do Atlântico, a ideia de uma “idade média” colonial e a reiteração de uma memória histórica de matriz europeia na América também exerceram uma forte influência nos debates políticos e historiográficos dos séculos XIX e XX. De acordo com Silva, a compreensão desta “idade média” latino-americana objetivava elucidar tanto o “atraso feudal” dos territórios colonizados por espanhóis e portugueses quanto

³ Para maiores informações sobre estas categorizações ver SILVA, Paulo D. O debate historiográfico sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média: considerações sobre as noções de Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média. Revista Signum, Belo Horizonte, vol. 14, n. 1, jan-jun. 2013.p. 73-91.

reafirmar sua natureza continuísta e progressista de uma herança medieval e europeia (SILVA, 2009, p. 12-14).

Uma “idade média”colonial

Em solo brasileiro, com a transformação da antiga colônia portuguesa em um Estado nacional no primeiro quartel do século XIX, as elites intelectuais e políticas projetaram estabelecer uma identidade própria à coesão dos territórios do novo Império. Assim, poucos anos após o processo de independência, fora criado em 1838 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), órgão que visava configurar uma história comum entre os povos que compunham o país.

Contudo, o passado da colônia, alçada ao patamar de nação, não se constituía em contraposição à metrópole lusitana – a “Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Fora no âmbito destas relações que, em 1845, o alemão Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) publicara na *Revista Trimensal de Historia e Geografia*, vinculada ao IHGB, o paradigmático texto *Como se deve escrever a Historia do Brazil*. Premiado pelos intelectuais do Instituto, Von Martius entendera que a escrita da história nacional deveria considerar as contribuições de brancos, indígenas e negros, isto é, da Europa, da América e da África, na composição do Brasil (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

O historiador alemão ao arquitetar uma identidade brasileira amparada na mescla destas “três raças” não reconhecera em si uma igualdade entre elas – coubera aos portugueses o desempenho de um papel proeminente como arautos do legado europeu, “[...] o mais poderoso e essencial motor da nação” (MARTIUS, 1844, p. 381-382). Entretanto, de que maneira seria escrita a história de um recente império localizado nos trópicos e calcado em ideais civilizacionais, hierarquizantes e organicistas? O Novo Mundo romperia com o Velho ou o primeiro nada mais seria que uma prolongação do segundo?

[...] o historiador Brasileiro não poderá eximir-se de traçar um quadro dos costumes do Seculo XV, se intentar descrever os homens taes e quaes vieram para além do Oceano fundar um novo Portugal. D’aqui o historiador deverá passar para a historia da legislação e do estado social da nação Portugueza, para poder mostrar como n’ella se desenvolveram pouco a pouco tão liberaes instituições municipaes, como foram transplantadas para o Brazil, e quaes as causas que concorreram para o seu aperfeiçoamento n’esse paiz. Mostrar em quanto aqui a legislação antiga Portugueza (de D. Diniz) ficou mais exempta da influencia do direito Romano, que os reis Hespanhoes propagaram em Portugal [...] (MARTIUS, 1844, p. 392).

O Brasil, herdeiro dos lusíadas que almejavam um novo Portugal em terras

americanas possuía, de acordo com Von Martius, uma história anterior ao seu surgimento como nação – a história de Portugal era sua história, assim como um filho que carrega os genes do pai. E como historiadores pátrios, os brasileiros deveriam compreender as instituições portuguesas elaboradas nos séculos anteriores, como as reformas judiciais de Dom Dinis I (1261-1325), sem, contudo, olvidar “outros” passados, pois “a historia do Brazil será sempre a historia de um ramo de Portuguezes; mas se ella aspira ser completa [...] jámais poderão ser excluidas as suas relações para com as raça Ethiopica e India” (MARTIUS, 1844, p. 398-399).

O ensaio de Von Martius se tornara paradigmático justamente por fundar esta historiografia pautada na mescla das “três raças” e na valorização de um passado europeu frente aos seus “outros” passados. Tornara-se, então, uma narrativa centrada na “Mãe Patria”, conjugada às suas províncias e “mais partes do Mundo” (MARTIUS, 1844, p. 400) que influíram em sua constituição, isto é, tornara-se a aceção sobre a qual o historiador brasileiro deveria escrever a história de seu país e integrá-la à história universal, mais especificamente, à da Europa.

Conforme Guimarães, esta “Nação brasileira”, configurada pelos intelectuais do IHGB, legitimara os princípios hierárquicos nos quais a população branca, como herdeira da civilização, estaria acima de africanos, afrodescendentes e indígenas. A identificação com sua antiga metrópole igualmente estabeleceu uma oposição entre o Brasil e o resto da América Latina, pois, enquanto o primeiro representava a civilização europeia e a monarquia neste lado do Atlântico, a segunda era a encarnação da barbárie republicana (GUIMARÃES, 1988, p. 6-7).

Apesar de Von Martius prescrever um modelo à nascente historiografia brasileira, coube a outro historiador, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), sob os auspícios do IHGB, materializar em 1854 uma *Historia Geral do Brazil*. Assim como o intelectual alemão, Varnhagen almejava na sua obra a legitimidade do Império e da Coroa do Brasil em seu passado europeu, um constante elogio à colonização portuguesa (REIS, 2007, p. 22-23):

Quando a Grecia, herdeira da antiga civilização fenicia, babilonica e egypcia, era o foco da illustração da parte occidental e central do chamado Antigo Continente, e levava o seu commercio e semeava as suas colonias desde as costas do Bósforo até os portos do Atlantico, ansiava ella por ver-se directamentente em contacto com a civilisação da Asia meridional e oriental, até que, com o poder das armas, lhe satisfez, em parte, essa anciedade o grande Alexandre. Ambas as civilisações começaram depois a auxiliar-se e a assemelhar-se pelas propagandas religiosas do islamismo e das cruzadas. Peregrinos das duas religiões narravam o que observavam, e um dos que publicou observações mais profundas, e que deviam algum dia ter maior influencia na historia da humanidade foi o beato malhorquino Raymundo Lull, a quem não duvidamos attribuir na origem o pensamento que occasionou o facto que se disse *Descobrimto do Novo Continente* (VARNHAGEN, 1854, p. 9).

Alcunhado como “Heródoto brasileiro”, o historiador principiara seus escritos com a ânsia conquistadora e expansionista da Grécia, berço do Ocidente e, com a obra de Raimundo Lúlio (1232-1316). Ao retomar o filósofo catalão, que em entre os séculos

XIII e XIV defendera o empreendimento de uma cruzada militar e espiritual frente aos sarracenos do Ultramar, bem como, da própria Península Ibérica e do Norte da África (COSTA; LEMOS, 2010, p. 196-218), o autor da *Historia Geral do Brazil* estendia os próprios desejos e anseios da “idade média” à Terra de Santa Cruz.

Segundo “nosso” Heródoto, o projeto luliano fora realizado sob as mãos dos reis espanhóis, com a expulsão dos infiéis, e dos reis portugueses, com a expansão de seus territórios na África, a culminar no próprio descobrimento da América (VARNHAGEN, 1854, p. 10-12).

Varnhagen, tal como Von Martius, entendera que a história do Brasil era o prosseguimento da história de Portugal, porém, mais do que isso, era a história do desenvolvimento da Cristandade, da Europa, da civilização ocidental.

O vínculo estabelecido entre Raimundo Lúlio e o Novo Mundo concebia que as empresas espanholas e portuguesas no Atlântico eram a extensão da Reconquista, que o expurgo dos infiéis da Península Ibérica e o desembarque nas Índias Ocidentais em 1492 marcavam a continuidade de uma missão medieval. Da Grécia Antiga à Idade Média, da Europa ao Ocidente, o passado se tornava um presente com vistas ao futuro.

Um passado ocidental

A Europa se constrói. É uma grande esperança. Ela só se realizará se levar em conta a história: uma Europa sem história seria órfã e infeliz. Pois hoje vem de ontem, e amanhã sai do passado. Um passado que não deve paralisar o presente, mas ajudá-lo a ser diferente na fidelidade e novo no progresso. Nossa Europa, entre o Atlântico, a Ásia e a África, existe, de fato, há muito tempo, desenhada pela geografia, modelada pela história, desde que os gregos lhe deram o nome, sempre retomado depois. O futuro deve apoiar-se sobre este patrimônio que, desde a Antiguidade, até desde a pré-história, fez da Europa um mundo de uma riqueza excepcional, de uma criatividade extraordinária, na sua unidade e sua diversidade (LE GOFF, 2007, p. 9).

No prefácio de seu livro *As Raízes Medievais da Europa*, publicado pela primeira vez em 2003 sob o título *L' Europe est-ellenéau Moyen Age?*, o medievalista Jacques Le Goff compreendia a Europa como uma contínua formação histórica ao progresso em que passado, presente e futuro modelariam o destino do continente – o berço do Ocidente deveria se reinventar neste novo século, sem, contudo, esquecer a sua própria história.

Uma “idade média” europeia e ocidental definira a própria essência daquele espaço, pois entre “[...] todas as heranças em ação na Europa de hoje e de amanhã [fossem elas dos períodos que hoje denominamos como Antiguidade e pré-história], a herança medieval é a mais importante” (LE GOFF, 2007, p.13).

Le Goff, ao pregar uma essencialidade da Europa, que existiria antes mesmo de ser assim nomeada, antes da própria noção de uma comunidade cristã (LE GOFF, 2007, p.16), não destoava de uma tradição historiográfica francófona e europeia. Outro

historiador francês, Jean Delumeau em a *Civilização do Renascimento*, reconhecia que o próprio termo designado ao período não era em si justo a História da Europa – negligenciava as criações da arquitetura românica e gótica, da literatura como Dante e Villon, isto é, a produção em cultura no medievo (DELUMEAU, 1984, p. 19-21).

Segundo o historiador, houvera uma perceptível continuidade entre aqueles séculos, um recorte que poderia ser considerado o nascimento da civilização europeia e ocidental. As primeiras palavras de Delumeau em a *Civilização do Renascimento* quase se assemelharam a uma versão europeia do Destino Manifesto; caberia ao continente o papel proeminente no progresso da comunidade internacional, a promoção da civilização ocidental frente ao resto do mundo – “[t]udo o que se mostrasse como elemento do progresso seria chamado a figurar numa vasta paisagem que se estende do fim do século XIII até a aurora do século XVIII” (DELUMEAU, 1984, p. 20).

Editada em 1964 como parte da coleção francesa *Les Grandes Civilisations*, a obra de Delumeau se alinhava à configuração de um novo posicionamento econômico e político dos países europeus com o estabelecimento na década de 1950 da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e da Comunidade Europeia de Energia Atômica (CEEA) (CRUZ, 1992, p. 827-829).

A desagregação social, econômica e política imposta ao Velho Mundo no cenário pós - guerra incitara a necessidade da construção de uma história cada vez mais europeia⁴ – menos francesa, inglesa ou alemã – que só se tornara plausível a partir das sociedades que não comporiam este projeto historiográfico e identitário:

O legado da civilização greco-romana, o contributo fecundante do cristianismo, o clima temperado, as terras férteis – eis aí outros tantos factores, sem dúvida a juntar a muitos outros, que favoreceram os homens que se tinham concentrado no Oeste do continente euro-asiático. Mas também não faltaram provações: umas naturais como a Peste Negra; outras provocadas pelo jogo das competições políticas, econômicas e religiosas. Entre 1320 e 1450 abateu-se sobre a Europa uma conjunção de desgraças: privações, epidemias, guerras, aumento brutal da mortalidade, diminuição da produção de metais preciosos, avanço dos Turcos; desafios esses que foram vencidos com coragem e com gênio (DELUMEAU, 1984, p. 21). (grifo nosso)

As heranças do mundo antigo e medieval, bem como o próprio favorecimento do clima e da terra, permitiram aos europeus – homens do Oeste – desenvolverem-se a ponto de superar outras civilizações. Implicar-se-ia assim que os homens do Leste não foram capazes de alcançar o seu grau civilizacional, mesmo que representassem um desafio – “o avanço dos Turcos” –, cedo ou tarde estes seriam vencidos pela bravura e genialidade europeias. Em 1978, ou seja, pouco mais de uma década de *A Civilização do Renascimento*, Delumeau lançara a obra *História do Medo no Ocidente* na qual destinara um capítulo específico sobre as populações ameríndias e muçulmanas dividido em duas seções: 1) os cultos americanos; 2) a ameaça muçulmana (DELUMEAU, 1989). A concepção da Europa pressupunha então uma não - Europa, encarnada, na obra do

⁴ Mesmo antes da Segunda Guerra Mundial encontramos trabalhos que propunham uma historiografia da Europa, como no caso de Marc Bloch, que nas décadas de 1920 e 1930 já defendia uma história comparativa das sociedades europeias (LE GOFF, 2007, p. 12-13).

historiador francês, como a única sociedade que se mostrara capaz de rivalizar com o Ocidente, a “ameaça muçulmana”, ou seja, o Império Turco-Otomano.

Em *As Raízes Medievais da Europa*, a circunscrição da civilização europeia se dera igualmente ao definir as fronteiras políticas, econômicas e culturais frente a uma não-Europa – a pertença ao continente político se estabelecera em face daqueles que não o compunham. E os turcos, os velhos turcos, assumiram ali uma nova ameaça⁵.

Cabe ressaltar que o próprio medievalista francês reconhecera a contemporaneidade de sua obra, situando-a na conjuntura de uma cada vez mais profunda unificação dos estados europeus (LE GOFF, 2007, p. 11).

No entanto, se a constituição de uma cidadania europeia em 1992 reconhecera e preconizara uma história-comum aos habitantes da União, a adesão da Turquia “[...] assinala o abandono definitivo dos planos para uma Europa culturalmente homogênea e com uma identidade religiosa marcada [...]” (CAMARGO, 2008, p. 483). Todavia, as “raízes” históricas da Europa, na perspectiva de Le Goff, não reconheceram no estado turco um “nosso”:

A Idade Média pôs em evidência, e muitas vezes constituiu, as características reais ou problemáticas da Europa: *a imbricação de uma unidade potencial com uma diversidade fundamental*, a mestiçagem das populações, as divisões e oposições Oeste-Leste e Norte-Sul, a indecisão da fronteira oriental, *a primazia unificadora da cultura* (LE GOFF, 2007, p. 13-14, grifo nosso).

A *diversidade fundamental*, representada nas culturas que compunham a Europa e que foram gestadas na Idade Média, imbricava-se em uma *unidade potencial*, a própria União Europeia. Esta Idade Média que fornecera um passado comum aos franceses, britânicos, alemães, espanhóis, dinamarqueses, em suma aos estados que compunham a União, também definira aqueles que não pertenciam à herança medieval.

A percepção de uma “idade média” europeia como sustentáculo das instituições modernas da Europa possuía assim duas faces complementares: por um lado unificara um conjunto de nações e, por conseguinte excluía tantas outras. Seria, contudo, o continente europeu produto desta *primazia unificadora da cultura*? De acordo com Silveira:

Enquanto algumas obras enfatizam o conservadorismo centro-europeu, o qual defende uma uniformidade da cultura europeia baseada no cristianismo e na idéia de uma “Civilização ocidental” em contraponto a “uma Civilização oriental”, outros trabalhos recentes destacam-se por reivindicar o reconhecimento das trocas culturais como força motriz na formação cultural européia. [...] Pois, seja pela diversidade, ou pela convivência das três culturas monoteístas, ou pela construção de novas fronteiras geográficas e culturais, a Idade Média oferece testemunhos e indícios importantes para questões da atualidade (SILVEIRA, 2011, p. 135).

⁵ Assim como seu compatriota, Le Goff destinara uma seção de seu livro ao fortalecimento do Império Turco-Otomano intitulada A ameaça Turca.

O alargamento da União Europeia – fruto da desintegração soviética – entre o final do século XX e início do XXI, além de outros fatores, assinalou um questionamento das dicotomias Ocidente/Oriente, Cristandade/Islã e, acerca da própria identidade singular da Europa. Afinal, o que espanhóis, britânicos, búlgaros, franceses, gregos e turcos poderiam ter em comum?

O multiculturalismo⁶ que inicialmente abrangera os estados europeus, formados por uma maioria cristã e balizados em valores ditos “ocidentais”, estendia-se a partir de então na busca de uma ampla diversidade, a abarcar as trocas culturais entre cristãos, judeus e muçulmanos. Nos países da Península Ibérica, por exemplo, a ideia de uma convivência entre as três culturas monoteístas presente nos discursos de departamentos, grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação e periódicos se colocara como fundadora das atuais identidades hispânicas e lusitanas (ANDRADE, 2014). Por outro lado, se parte da historiografia contemporânea tendia a compreender o medievo por meio de uma noção abrangente do multiculturalismo, a crise econômica de 2008 e as vitórias da extrema-direita no Parlamento Europeu em 2014, transformaram cada vez mais judeus, muçulmanos e mesmo “outros” europeus em estrangeiros, que conspurcavam os territórios danção.

Entre uma história nacional e identitária

As “idades médias” concebidas em suas multiplicidades e unicidades, isto é, para além das fraturas nacionais e identitárias, compuseram parte da história da experiência humana e, como tais, não podem ser apreendidas somente em relação a um possível futuro.

A parafrasear Souza Júnior, a “idade média” não almejava ser a Europa moderna (SOUZA JÚNIOR, 2013, p. 56-58). A “idade média”, como salientara Silva, perpetuada em seus mitos positivos e negativos, nacionais e transnacionais, fora constructo da própria Europa (SILVA, 2009, p. 14). Cabe-nos aqui questionar como sociedades, distorcidas pelo espelho do tempo e, distintas em variados níveis da contemporaneidade, podem se tornar verossímeis e compreensíveis em pleno século XXI.

O medievalista não estuda a Idade Média, ele a cria e, como um historiador, objeta não uma Idade Média, mas formulações de um período circunscrito espacial e temporalmente. O medievalista transforma estas produções oriundas dos séculos V e XV, isto é, os resquícios e concepções destas sociedades pretéritas, em uma História Medieval. Há, portanto uma clara distinção entre objeto, criação e criador.

Ao remetermo-nos às assertivas de Certeau acerca de uma operação historiográfica (CERTEAU, 1982, p. 78), entendemos que o medievalista enquanto historiador agencia um deslocamento de natureza do passado à constituição de uma ou várias “idades médias”.

A História não coaduna as experiências humanas pretéritas – ela é a fabricação do historiador, a mediação e transformação dos documentos naquilo que entendemos

⁶ Sobre a multiplicidade de concepções e apropriações presentes no conceito de multiculturalismo ver MCLAREN, Peter. Multiculturalismo crítico. São Paulo: Cortez, 2000.

como história. Através de uma crônica, de uma hagiografia, de uma iluminura e de uma moeda, o medievalista fabrica suas “idades médias”. Nas palavras de Baschet:

[...] sendo a Idade Média o inverso do mundo moderno (o que é inegável), a visão que se oferece dela é inteiramente determinada pelo julgamento feito sobre o presente. É assim que uns a exaltam para melhor criticar sua própria realidade, enquanto outros a denigrem para melhor valorizar os progressos de seu tempo (BASCHET, 2006, p. 24).

Mas por que estudamos a Idade Média no Brasil? Onde estamos entre este passado colonial e ocidental? Nós tópicos acima apontamos duas questões distintas: a apropriação de um passado medieval pela nascente historiografia nacional brasileira em meados do século XIX e a composição de uma Europa medieval sob as páginas da medievalística europeia e especificamente francesa no decorrer dos séculos XX e XXI.

Apesar de diferentes estes questionamentos se confluem – em ambas as situações a historiografia se voltara a um passado localizado temporal e espacialmente, a uma ideia de Idade Média que legitimasse a monarquia brasileira e os novos ideais de uma Europa pós-guerra.

Voltemo-nos agora a este lado do Atlântico. Para Baschet, há uma perceptível continuidade entre a Reconquista Ibérica e a Conquista da América em fins do século XV. Sob esta ótica, estes empreendimentos foram percebidos como faces de um mesmo projeto medieval que envolvera a perpetuação da luta contra os infiéis e a expansão dos territórios ibéricos. Neste sentido, os países latino-americanos colonizados pelas monarquias espanhola e portuguesa compunham este passado medieval como uma “herança” (BASCHET, 2006, p. 26-30).

No entanto, o historiador francês não fora o primeiro a proferir estas palavras. Varnhagen em meados do século XIX já marcara esta continuidade de uma missão medieval da luta contra os muçulmanos à luta contra os idólatras deste lado do Atlântico. Encontramos em ambas as perspectivas um marcador comum: a nação e a identidade.

O medievalista, situado no futuro em relação à Idade Média, ao tomar a Europa moderna, o Estado e os territórios nacionais como suporte ao método histórico, transforma o medievo em sua negação e, também, em suas origens. A Idade Média não fora a Europa moderna, não constituíra um Estado, não compusera uma nação. Ao mesmo tempo, a Idade Média será a Europa moderna, constituirá um Estado, comporá uma nação.

Porém, haveria entre Nortúmbria, Mércia e Essex uma Inglaterra medieval e os genes do Império Britânico? Haveria entre os territórios de Navarra, Portugal, Castela, Al-Andaluz e Aragão os moldes de uma nação?

Tomemos como exemplo a configuração de uma memória histórica do Estado-Nação espanhol. De acordo com Denis Menjot, até meados do século XX a historiografia nacional compreendera que a história da Espanha era, em sua essência, a história de Castela. Contudo, em 1978, com a abertura política e a criação das comunidades

autônomas houve

[...] um parcelamento da pesquisa histórica que se adaptou ao mapa político. Historiadores aderem à reconstrução histórica de sua região, às suas raízes medievais e aos seus particularismos, e publicam histórias de cada uma das comunidades autônomas com o apoio das autoridades locais, sequiosas pela construção de “identidades nacionais”. Embora louvável e útil *a priori*, pois fez ressurgir da sombra regiões marginais, essa empreitada acarretou uma acomodação da produção histórica às necessidades regionais, o esquecimento das perspectivas gerais, o aprofundamento da micro-história e a escassez de comparações. Ela traduziu-se, com efeito, na multiplicação dos trabalhos monográficos, infelizmente concebidos com frequência em uma perspectiva estritamente local, para não dizer localista. A história cede constantemente passagem à celebração do passado, à comparação, e, por vezes, transforma-se em meio, para não dizer em arma, de construção de identidades artificiais (MENJOT, 2011, p. 233).

Uma parcela dos problemas formulados pela historiografia, ao período que se estende entre os séculos V e XV, prefigurava concepções nacionais e identitárias como essências atemporais e imutáveis, de modo que, os regionalismos, nacionalismos e transnacionalismos europeus se estabeleceram como verdadeiras fraturas à compreensão das sociedades medievais. Seria o rei franco, Carlos Magno, francês ou germânico? Legatário de Roma e da civilização europeia e ocidental? As “idades médias” eram resumidas, nesta perspectiva, a proto-modernidades e, por conseguinte, aos alicerces da nação, mesmo que estas sejam “[...] entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo” (HOBSBAWM, 2013, p. 370). Uma história destinada à nação ou mesmo a uma identidade específica, seja ela religiosa, cultural ou social, estabelece uma fratura epistêmica e política:

Pois todas as coletividades humanas são e foram necessariamente parte de um mundo mais amplo e mais complexo. Uma história que seja destinada apenas para judeus (ou afro-americanos, ou gregos, ou mulheres, ou proletários, ou homossexuais) não pode ser boa história, embora possa ser uma história confortadora para aqueles que a praticam (HOBSBAWM, 2013, p. 378).

Considerações finais

O conhecimento histórico transformado em uma história nacional e identitária pauta-se, principalmente, em uma proposição anacrônica ante as sociedades pretéritas. Como visto no início deste ensaio, a historiografia europeia vinculara à Idade Média a história da Europa e do Ocidente, procedimento cirúrgico que definira um longo passado comum aos seus habitantes e uma definição de tudo aquilo que eles não eram – o resto do mundo, o Oriente.

Entretanto, a concepção de uma civilização europeia e ocidental como marco absoluto frente a uma não-Europa e um não-Ocidente, só encontraram razão na história humana a partir do século XIX com a configuração dos territórios nacionais (BROTTON, 2009, p. 56). Estas fraturas, mesmo que suportadas em preceitos dos mundos antigo

e medieval, foram criações da modernidade, reificadas na retórica de historiadores, políticos e outros intelectuais.

A ideia de nação não pode ser um “filtro” à compreensão das sociedades medievais – ela própria fora produto de uma determinada temporalidade histórica. A Idade Média também não pode ser resumida a uma simples “herança cultural”, a considerar a artificialidade do estabelecimento de vínculos identitários entre esta e a Europa moderna ou a América Latina (SILVA, 2009, p. 22). Torna-se, portanto, imperativo questionar a continuidade de uma historiografia orientada pelas fronteiras da nação.

Enfim, por que indivíduos como Joana D’arc e Rei Alfredo devem ser estudados por ingleses e franceses (HOBSBAWM, 2013, p. 49)? E por que, como brasileiros, devemos estudar Tiradentes e Dom Pedro? Não seria o momento de seguirmos o conselho de Paul Veyne e abandonar “[...] de uma vez por todas, os períodos, as civilizações, as histórias nacionais [...]” (VEYNE, 1983, p. 42)?

No século XIX, os intelectuais do IHGB estabeleceram os paradigmas fundamentais da incipiente historiografia nacional brasileira – a hierarquização dos passados europeu, indígena e africano, e o entendimento que compete ao historiador destas terras somente à história do Brasil e de suas vinculações. A Idade Média era, por conseguinte, uma parcela do passado da Terra de Santa Cruz, porém, não o era toda a Idade Média, e sim aquilo que unia o Brasil à Europa, a medievalidade ibérica.

Para o intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Carl Von Martius, coubera aos historiadores alicerçar o Estado, conjugar os territórios da nação brasileira e acender em seu povo as virtudes cívicas (MARTIUS, 1844, p. 401). Entretanto, ainda cabe à história fundar e legitimar regionalismos, nacionalismos ou qualquer tipo de identidade?

Jerôme Baschet, ao conceber um vínculo entre as sociedades medievais e a colonização da América em *A Civilização Feudal*, procurara legitimar a medievalística latino-americana a entendê-la como componente de suas respectivas historiografias nacionais. O pressuposto do historiador francês era que só coubera a um mexicano e a um brasileiro estudar o outro lado do Atlântico, pois “aquela” história compunha a “sua” história nacional.

E caso não o fossem? A Idade Média não se reporta à Europa ou a América Latina – um medievalista europeu não possui qualquer tipo de prerrogativa frente a um medievalista americano, asiático ou africano, pois, as sociedades ditas medievais abrangem uma parte da história da experiência humana e não de um continente, religião ou grupo específicos.

A questão proposta no início deste artigo sobre por que um historiador brasileiro se dedicaria ao estudo de um tempo tão distante e, de um espaço tão longínquo perde sua razão de ser quando consideramos que as experiências humanas, não se resumem às fronteiras da nação.

De maneira análoga, não há qualquer legitimidade identitária do historiador brasileiro acerca de um passado medieval. Conquanto benéfica em um primeiro

momento, a história que almeja a visibilidade de uma nacionalidade, regionalidade ou identidade, acaba por reiterar uma postura etnocêntrica e a-histórica. A circunscrição dos historiadores brasileiros à história do Brasil ou ao medievo português negaria ao conhecimento histórico seu objeto, a(s) experiência(s) humana(s).

Torna-se, portanto, uma tarefa crucial ao medievalista, a negação da própria Idade Média, compreendida tanto como desconstrução das representações artificiais acerca deste período quanto como proposição de uma ontologia negativa do medievo; assim como negar a própria compreensão de uma história voltada à nação e que circunscreve os objetos e objetivos da prática historiográfica.

Referências

- ANDRADE, Rodrigo Prates de. *Nação, diversidade e identidade: reflexões acerca da medievalística ibérica no século XXI*. In: 66ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 1, 2014, Rio Branco. Anais...Rio Branco: SBPC; UFAC, 2014.
- BASCHET, Jérôme. *A Civilização Feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.
- BROTON, Jerry. *O Bazar do Renascimento: da Rota da Seda a Michelangelo*. São Paulo: Grua, 2009.
- CAMARGO, Sônia de. “A União Européia: uma comunidade em construção”. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 2, maio-agosto. 2008.p. 467-522.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- COSTA, Ricardo; LEMOS, Tatyana Nunes. “Com ferro, fogo e argumentação: Cruzada, Conversão e a Teoria dos Dois Gládios na filosofia de Ramon Llull. *Mirabilia*”. *Vitória*, vol. 10, jan-jun. 2010. p. 196-218.
- CRUZ, Manuel Braga. *Europeísmo, nacionalismo, regionalismo*. *Análise Social*, Lisboa, vol. 27, 1992.p. 827-853.
- DELUMEAU, Jean. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1984.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ECO, Umberto. *Idade Média: bárbaros, cristãos e muçulmanos*. Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1988. p. 467-522.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- LE GOFF, Jacques. *Homens e mulheres na Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *Uma Longa Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARTIUS, Carl Von. “Como se deve escrever a História do Brasil”. *Revista Trimestral de História e Geografia*, Rio de Janeiro, n. 6, 1844.p. 381-403.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.

MENJOT, Denis. *A historiografia da Idade Média espanhola: da história da diferença à história das diferenças*. In: ALMEIDA, N. B.; SILVA, M. C. *Poder e construção social na Idade Média: história e historiografia*. Goiânia: Editora UFG, 2011.p. 211-291.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Marcelo Cândido da. *A Alta Idade Média entre os séculos XIX e XX: da Nação à Etnogênese*. In: PEREIRA, N. M.; ALMEIDA, C. C.; TEIXEIRA, I. S. *Reflexões sobre o medievo*. São Leopoldo: Oikos, 2009.p. 11-22.

SILVA, Paulo D. *O debate historiográfico sobre a passagem da Antiguidade à Idade Média: considerações sobre as noções de Antiguidade Tardia e Primeira Idade Média*. *Revista Signum*, Belo Horizonte, vol. 14, n.1, jan-jun, 2013.p. 73-91.

SILVEIRA, A. D. *Medievalistas na busca da(s) identidade(s) europeias*. In: IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 1, 2011, Cuiabá. *Anais...Cuiabá: ABREM*, 2011. p. 131-141.

SOUZA JÚNIOR, A. M. *O Estado como conceito viável para estudar a Idade Média*. In: X ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS MEDIEVAIS, 1, 2013, Brasília. *Anais... Brasília: ABREM*, 2013. p. 55-63.

VARNHAGEN, F. A. *História Geral do Brazil*. Rio de Janeiro, 1854.

VEYNE. P. *O Inventário das diferenças: história e sociologia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.